

Sobre a participação política na esfera local do Estado capitalista

Francisco Pereira de Farias*

Resumo:

Este texto procura esboçar uma análise sobre o tema da participação política na esfera local do Estado capitalista. Em primeiro lugar, a esfera local do Estado capitalista tende a concretizar a hegemonia política de uma fração da classe dominante local. Em segundo lugar, o voto de representação de classe tem mais chance de vigorar no âmbito nacional do que no local; já uma política clientelista possui maior probabilidade de se impor na esfera local. Finalmente, o enfoque da governança guarda um sentido marcadamente ideológico.

Palavras-chave: Poder local. Hegemonia política. Prática eleitoral. Governança.

A hegemonia política na esfera local

A existência das esferas subnacionais do Estado capitalista é funcional à diferenciação da classe dominante no espaço nacional. Assim, a esfera local do Estado capitalista tende a concretizar a hegemonia política no interior da classe dominante local. Isso porque a fração hegemônica na classe dominante local dispõe de mais recursos políticos (organização sindical, influência nos meios de comunicação, força partidária, etc.) para orientar o conteúdo das políticas governamentais locais.

Lojkin (1980) levanta a hipótese de uma contra-hegemonia da classe trabalhadora, vista no caso de uma municipalidade de governo de esquerda. Alguns elementos permitem precisar melhor o alcance dessa hipótese: 1) o governo municipal de esquerda não deixa de obedecer às linhas da política econômica nacional burguesa; 2) a política municipal não poderia ser associada aos interesses de qualquer fração do patronato local; 3) a gestão municipal tem um poder de intervenção no perfil das políticas sociais quanto aos seus implementos locais.

Porém, o governo de esquerda transforma a classe trabalhadora, para usarmos uma distinção de Nicos Poulantzas, em classe “ocupante” e não em classe “hege-

* Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Piauí. End.eletrônico: f.farias@uol.com.br

mônica” do Estado capitalista. A ocupação do Estado capitalista pelo partido de esquerda pode alargar o leque de concessões feitas às classes dominadas, mas não rompe com a hegemonia da classe capitalista. Isto porque existe uma relação de homologia entre o tipo de estrutura jurídico-política e o tipo de estrutura econômica, além do que há a desigualdade de recursos políticos entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, favorável à primeira. Assim, mesmo com o governo de esquerda, as políticas municipais podem ser conectadas aos interesses de uma fração do patronato local. Conforme observa Biarez (1973: 36) “é claro teoricamente e confirmado historicamente (1936 e 1945 na França) que o poder de Estado não se divide, que o poder político das classes dominadas não se constitui sobre a base de uma tomada pouco a pouco do aparelho de Estado burguês”.

Domhoff (1978) procura contestar a tese de Robert Dahl sobre a autonomia, de princípio, da “elite política”, mostrando que, nas grandes cidades, existe um braço local da classe dominante nacional que controla o governo local, através de sua influência na política urbana. Domhoff admite, porém, ser válida a tese de Dahl para as pequenas cidades ou aquelas em atraso econômico. Nessas cidades, tende a predominar o padrão de política clientelista, lido como uma capacidade de os políticos locais, apoiados nos recursos das transferências estatais nacionais, imporem-se frente aos grupos econômicos locais.

Ora, o pressuposto de uma independência entre o clientelismo estatal e os interesses dos grupos economicamente dominantes locais não parece se sustentar. Há mais elementos para uma convergência entre ambos, no sentido de que as forças políticas ligadas aos grupos econômicos dominantes vêm vantagens em adotar o clientelismo estatal, ou seja, a distribuição de bens de uso coletivo em troca de apoio político-eleitoral, como uma forma mais sofisticada e eficiente de competir com as forças políticas de esquerda.

Adaptando o enfoque de Poulantzas (1974) sobre a análise das burguesias no plano internacional para o plano inter-regional, podemos dizer que existem três possibilidades de relação entre a burguesia periférica e a burguesia do centro econômico nacional.

A primeira possibilidade é a postura de burguesia associada, em que certos segmentos ou frações da burguesia periférica - por serem um braço do capital da região-pólo -acatam irrestritamente as diretrizes da política econômica associada aos interesses da burguesia centrista. As filiais das grandes lojas comerciais ou dos bancos são exemplos de burguesia associada. Mas é possível que segmentos das frações comercial e bancária periféricas, em razão de suas inserções específicas no mercado regional, oponham resistências aos interesses da burguesia centrista. Por exemplo, um grupo comercial local tem interesse na proteção do mercado regional.

A segunda possibilidade de relação da burguesia periférica com o capital do centro econômico nacional é a postura de burguesia regionalista. É o caso de capitais periféricos que, possuindo uma base de acumulação nativa e uma significativa independência tecnológica, adotariam a diretriz de opor-se às transferências do excedente econômico e de força de trabalho para a região-pólo. No plano político, essa fração da burguesia periférica tenderia a lutar pela autonomia regional, a exemplo dos movimentos dos bascos e catalães na Espanha.

A terceira possibilidade representa uma situação intermediária, na qual uma fração da burguesia periférica assume o papel de burguesia interna. São aqueles capitais que, tendo uma base de acumulação nativa, opõem resistências ao domínio irrestrito da burguesia centrista. Porém, como dependem tecnológica e monetariamente da burguesia da região-pólo, tais capitais não estariam inclinados a um enfrentamento global aos interesses da burguesia hegemônica nacional, aceitando parcialmente as políticas dominantes. Assim, a burguesia interna tem uma posição ambígua: ora contrapõe-se, ora apóia às medidas estatais influenciadas pela burguesia da região hegemônica.

A articulação da política nacional com a esfera regional depende, evidentemente, de qual fração de classe dominante detém a hegemonia na região. Tomemos o caso do estado do Piauí na federação do Brasil. No período 1964-2002, as políticas governamentais – infraestrutura, crédito e impostos, administração, equipamentos sociais – privilegiam os interesses do capital comercial no estado.

O sistema de estradas pavimentadas, constituído a partir dos anos 1960/70, liga, sobretudo, as grandes cidades locais às estradas federais. As estradas rurais estão sempre em dificuldades, pois, sob a responsabilidade das municipalidades, estas não têm nunca os recursos para melhorá-las. A Associação dos Prefeitos do Piauí faz reiterada crítica a esse sistema que favorece o transporte de produtos de outros estados, em detrimento da produção agrícola local.

O sistema de energia elétrica é também criticado pelos representantes do setor agrícola e pelos representantes da indústria urbana. Como em outros estados, uma usina hidroelétrica foi construída no Piauí durante os anos de 1960; mas, o governo local não foi capaz de praticar uma política de preços diferenciados, favorecendo o consumo produtivo de energia – como foi o caso no estado de São Paulo. No Piauí, os representantes do capital comercial – a Associação Comercial e a Câmara dos Dirigentes Lojistas – manifestaram uma forte oposição a uma política de preços diferenciados para a energia, ameaçando transferir suas atividades para outras regiões. Estes representantes argumentavam que uma prática de preços reduzidos para certos segmentos sociais implicaria necessariamente uma elevação de impostos locais, o que o comércio não estava “em situação de suportar”. O comércio aparece como o principal consumidor local de energia elétrica.

As condições de crédito foram favoráveis às atividades comerciais. O setor tornou-se o primeiro a beneficiar-se de linhas de crédito governamentais locais. Uma análise das operações do banco local de desenvolvimento mostrou que o financiamento às empresas comerciais e de serviços (contabilizado sob a rubrica “crédito geral”) é bem mais elevado que os créditos para as empresas agrícolas ou industriais (Mello, 1973).

A impulsão à renda interna no Piauí é dada cada vez mais pelos recursos governamentais obtidos das transferências federais. A aplicação dos recursos federais é feita, sobretudo, para o pagamento dos salários do pessoal estatal, que se tornou o principal setor do mercado local de consumo.

O capital comercial de importação/exportação tende a se mostrar como burguesia compradora, isto é, como simples intermediária dos interesses externos (nacionais e estrangeiros). Isso significa que os representantes políticos dessa fração burguesa, no âmbito regional, não oferecem nenhuma resistência às políticas nacionais. A apatia do bloco dominante no Piauí, sob a hegemonia do capital comercial, ficou patente quando: a) o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) foi inviabilizado no estado e não se levantaram protestos; b) não houve reações contra a burocratização que criava grandes obstáculos aos empréstimos da carteira agrícola do Banco do Brasil e nem contra o corte dos subsídios nacionais para a eletrificação rural. O sentimento de indiferença se difunde, porque a fração economicamente mais poderosa não tem compromissos com as questões da acumulação interna.

A nossa hipótese de trabalho é que, a partir da eleição do governo estadual do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002, houve a mudança da hegemonia política do capital comercial (importador de bens manufaturados) para a da burguesia agrária (exportadora de bens primários).

O sistema de estradas pavimentadas se altera, com a pavimentação das estradas rurais pelo governo estadual. Assim, no ano de 2007, a pavimentação de estradas estaduais supera a de estradas federais. Em relação ao sistema de energia elétrica, os representantes do setor agrário, através da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí (FAEPI), passaram a reivindicar a “tarifa verde”. As condições de crédito foram favoráveis às atividades produtivas; o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) aplicou, no Piauí, mais de R\$ 790 milhões em 2008, representando um aumento de 62% em relação a 2007. Na avaliação do presidente da FAEPI, as agências de fomento ao crédito no estado – BB e BNB – têm tido uma atuação positiva para o agronegócio.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vem investindo no Piauí em estradas e energia, e o governo estadual mostra disposição de continuar atuando junto ao agronegócio. A produção de grãos no Cerrado piauiense cresce a

taxas elevadas: a produção de soja aumentou em 326,5% entre 2002-04, enquanto a de arroz elevou-se em 89%, no mesmo período. Em 2005, a participação relativa da soja na pauta de exportação do estado era a maior, seguida da cera de carnaúba e da castanha de cajú. Em 2009, a soja consolidou-se como o produto líder da pauta de exportações: as vendas do produto representaram quase 70% da pauta.

A política econômica governamental voltada preferencialmente para a atividade produtiva refletiu-se no maior dinamismo do setor agrícola e pecuário. Assim, no período 2002-04, a participação da atividade primária no valor adicionado no Estado passou de 9% para 13%; enquanto a atividade terciária decresceu do patamar de 65% para 60%. A arrecadação de ICMS por setor de atividade mostrou que o setor primário teve uma variação de 173% de recolhimento entre 2007 e 2008, enquanto o setor terciário ficou com uma oscilação de 12% no mesmo intervalo.

A hegemonia política da burguesia agrária periférica implica uma redefinição na dependência inter-regional. O capital comercial periférico, por se ver atrelado ao capital industrial da região pólo, tende a se comportar como “burguesia compradora”, isto é, como simples intermediária dos interesses externos (nacionais e estrangeiros). Já a burguesia agrária periférica, por dispor de uma base de acumulação autóctone, tende a uma postura de “burguesia interna”, ou seja, de ambiguidade frente aos interesses externos (nacionais e estrangeiros): ora apoiando, ora resistindo às políticas ligadas a tais interesses. No Piauí os representantes da burguesia agrária, através da FAEPI, posicionaram-se contrários à legislação ambiental do Governo Federal, que se adequaria aos interesses dos estados mais desenvolvidos, onde não existem mais áreas novas a serem exploradas na agropecuária.

Grémion (1976) admite que grande parte dos conflitos inter-organizacionais no Estado se explica por aspectos latentes do sistema político, ou seja, por interesses particulares expressos via o clientelismo ou o corporativismo. Nessa direção, Constantin (1976) distingue entre a “função explícita” e a “função implícita” da política regional. Porém, a tendência de boa parte dos estudos sobre as relações dos governos central e local é de ater-se aos aspectos do regime institucional (Page and Goldsmith, 1987).

O padrão político-eleitoral

É possível a ocorrência de padrões político-eleitorais distintos nos níveis nacional e local. Uma política classista tem mais chance de vigorar no âmbito nacional do que no local, uma vez que as políticas de desenvolvimento estão mais situadas na esfera nacional. Já uma política de clientelismo estatal possui

maior probabilidade de se impor no nível local, no suposto de que aí predomina a política de “consumo social”. Ressaltando-se que há sempre a subordinação da esfera local ao aparelho central - contra a tese de um “Estado dualista” (Saunders, 1981) que afirma a independência entre o nível local e o central - pode o sistema estatal apresentar formas distintas de funcionamento num âmbito e noutro. Em outros termos, o padrão político-eleitoral e os interesses hegemônicos podem variar segundo as esferas do Estado, mas isso não significa que os aparatos estatais (local e nacional) deixem de ter a mesma função estrutural (preservar os valores e os interesses dominantes) nem que a hegemonia local extrapole os limites impostos pelos interesses dominantes a nível nacional.

O processo de descentralização das políticas sociais reforça a prática clientelista no nível local, porque os “políticos locais” estariam bem integrados à lógica da racionalidade econômica e monetária. O clientelismo não é senão a transferência para a esfera política da lógica do mercado econômico. É certo que a forma do clientelismo adquire um caráter mais sofisticado, ao transacionar os recursos e equipamentos estatais, passando das relações diretamente interpessoais para uma intermediação grupal (a explosão do associativismo nos municípios).

No entanto, nem todo o campo político das cidades é preenchido pela prática mercantil, havendo a concorrência de outras modalidades de ação política. Além disso é preciso explicar as condições de possibilidade da prática eleitoral submetida ao modelo do mercado. Prêteceille (s/d) argumenta que as características externas ao campo político são importantes para se indicar essa possibilidade, referindo-se especialmente ao terreno das relações de produção (“regime de acumulação”). O autor destaca que as práticas de esquerda não podem ser lidas pelo modelo mercadológico. A base sócio-econômica, mais especificamente a socialização do trabalho, explica em parte a possibilidade de um comportamento eleitoral de esquerda, ou seja, o voto de representação de classe, tal como o encontrado nas experiências do “trabalhismo” inglês, da “social-democracia” europeia e do “comunismo” francês.

Consideremos em mais detalhes as diferenças entre a política clientelista e o classismo. O voto de clientela define-se como uma relação de barganha em torno de vantagens materiais entre o eleitor e o agente político denominado cabo eleitoral. Esse é uma espécie de líder local que cuida dos interesses de seus representados principalmente junto às “autoridades públicas”, fazendo as vezes de um “advogado administrativo” da sua comunidade (uma vila, uma favela, um quadro associativo de um clube recreativo etc.). Controlando, em geral, uma centena ou uma dezena de votos, o cabo eleitoral os vende ao político de clientela.

A condição sócio-econômica para a proliferação do voto de clientela é a predominância de relações de produção capitalistas, basicamente a conversão da

força de trabalho, através do assalariamento, em *mercadoria*, o que pressupõe a existência do trabalhador “livre”, isto é, despojado dos meios de subsistência, em particular do vínculo à terra. Trata-se do trabalhador que abandona a condição de *dependência pessoal* frente a um dono de terras, para se submeter à *dependência impessoal* em relação às coisas (o mercado).

O grande capital está em condições de manter uma política clientelista, uma vez que dispõe de dinheiro que pode ser convertido em votos, diferentemente da pequena burguesia, que não tem meios para financiar políticos de clientela e mantê-los a seu serviço. Além disso, ocupado em dirigir a sua empresa, o pequeno proprietário não tem muito tempo para a política. O grande capitalista tende a participar da vida política, pois, como a administração das empresas o ocupa pouco, já que se dedica a tarefas de comando geral, dispõe de tempo para investir na política. Além do mais, os seus interesses dependem, em grande parte, de medidas governamentais (créditos de bancos oficiais, política cambial, subsídios etc.), o que faz com que sua atividade normal seja desenvolvida em contato frequente com políticos profissionais, de cuja influência necessita para obter favores do governo. Assim, normalmente, o grande capitalista faz valer o seu poder econômico em termos políticos.

Tendo consciência de que as medidas tomadas pelo governo favorecem os interesses de alguns e não contemplam os de outros, os capitalistas se organizam para ter influência política. Eles tendem a encarar a despesa em política como um investimento que deve, no devido tempo, proporcionar lucro. E logo se convencem de que é muito mais eficiente participar do financiamento da eleição de algumas centenas de deputados federais do que gastar o equivalente na eleição de um ou dois representantes diretos. O deputado federal é, assim, um dos elos superiores de uma rede de clientela que passa por níveis intermediários até chegar ao cabo eleitoral e sua clientela local.

Outra interpretação do clientelismo tende a identificar como o seu fundamento não a estrutura social capitalista, mas a herança de um passado pré-capitalista. Assim, nos países do chamado Terceiro Mundo, a herança colonial seria o fator determinante da presença do clientelismo na democracia moderna. Para Roniger (1994: 215), “é primordialmente onde a mudança social tem estagnado substancialmente por trás da modernização política que as formas de dependência clientelista têm tido mais resistência”. Porém, esta abordagem do clientelismo como fenômeno “pré-moderno”, entre outras objeções, desconsidera o fato de ele persistir mesmo nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, embora de uma maneira mais sofisticada (Theobald, 1992).

O clientelismo pode assumir duas variantes: a privada e a estatal. O clientelismo privado, forma da troca de benefícios particulares pelo voto, deu origem à

“máquina eleitoral”, caracterizada como uma organização eleitoral ligada quase exclusivamente a sua clientela por interesses materiais particulares e especializada na organização e distribuição de vantagens. Os velhos partidos das “oligarquias” se abrem a uma rede de adeptos os cabos eleitorais, mobilizados na caça aos votos. Se no partido de esquerda há o risco de o sistema de incentivos seletivos (salários, prestígio, oportunidades profissionais), que move o aparelho, sobrepor-se aos ideais coletivos e programáticos, nas máquinas eleitorais isso é a regra. Nessa variante do clientelismo, o partido é mais independente dos recursos governamentais. Um exemplo clássico são as máquinas eleitorais dos EUA no início deste século.

Já o clientelismo estatal define-se como a modalidade de clientelismo na qual os “políticos de profissão” distribuem recursos “públicos” e favores ligados às instituições governamentais, em troca de sustento eleitoral. Os cabos eleitorais tendem a dirigir-se a comunidades inteiras, e menos a pessoas privadas. O clientelismo passa a ter um caráter grupal e impessoal, visto que é mediado pela alocação de benefícios aparentemente públicos, o que implica um mínimo de racionalidade administrativa (Kerbaui, 1992).

O surgimento da variante estatal do clientelismo representa, em boa medida, uma forma de os partidos de direita competir com a esquerda, pois o clientelismo privado mostra-se insuficiente como estratégia eleitoral diante da crescente mobilização dos trabalhadores em torno de demandas surgidas com o desenvolvimento econômico e urbano. A classe dominante passa a apoiar uma política de “grupos”, rompendo aparentemente com o apelo isolado aos indivíduos, com o objetivo de competir no terreno das organizações dos trabalhadores. Assim, um partido conservador pode praticar um “clientelismo de massa”, ou seja, a distribuição de recursos de consumo coletivo, envolvendo as “associações comunitárias”. Esse foi o caso da Democracia Cristã no sul da Itália, que conquistou o eleitorado esboçando um Estado de bem-estar e de desenvolvimento regional. A favor do clientelismo estatal há o fato de que a mobilização e a participação dos trabalhadores podem ser reapropriadas com alguma facilidade pelos políticos profissionais locais.

Em síntese, a política democrática, dirigindo as suas mensagens às classes sociais configuradas como eleitores, abre espaço para a ação do cabo eleitoral que propõe ao eleitor um cálculo utilitário: aceitar um benefício imediato e certo em troca do voto, ao invés de apostar em vantagens mais amplas porém incertas. A cidadania pode assumir uma forma concreta através do clientelismo, uma vez que o sentimento da “liberdade” no exercício do direito político – o voto “livre” – comporta a alternativa de negociá-lo.

Contrariamente, o partido de esquerda promove uma política de ruptura com

o isolamento dos indivíduos e o imediatismo dos interesses no campo político. Apoiando-se nas experiências de associativismo das classes trabalhadoras, envolvidas no âmbito das lutas reivindicativas (organizações de base, sindicatos), ele monta uma forma organizacional que propicia um envolvimento crescente dos trabalhadores no processo político, visando assegurar a defesa dos seus interesses mais amplos. Dessa maneira, a política de esquerda converte o voto numa expressão da solidariedade de classe, cujo fundamento são as relações de interdependência, gestadas no processo social de trabalho. A política eleitoral de esquerda define-se, pois, como um instrumento de “organização de massa”.

Um dos elementos decisivos da análise da grande indústria moderna consiste em por em causa o “processo de trabalho individual” (caráter artesanal) em proveito da emergência do “trabalhador coletivo” (apoiado na divisão do trabalho). A coletivização do processo de trabalho leva o produtor direto à dupla condição de trabalhador simultaneamente interdependente (tarefas encadeadas) e independente (atividades executadas isoladamente, dentro dos limites impostos pela interdependência dos trabalhos). A tendência do proletariado à ação coletiva está relacionada à dimensão da socialização (interdependência) do processo de trabalho (Artous, 2003).

Por sua vez, o direito burguês, através da figura do contrato de trabalho, limita o objetivo da associação sindical dos trabalhadores à negociação das condições de venda da força de trabalho. Porém, o movimento sindical pode ser designado como classista quando não funciona como força de *apoio* às políticas do Estado e da classe dominante (Boito Jr, 2001).

Um partido de esquerda pode, no entanto, aproximar-se da prática clientelista, ao restringir o seu horizonte a uma política de “mobilização eleitoral de massa”, isto é, uma política que, longe de priorizar a organização e a educação política dos trabalhadores, objetiva tão só a conquista de bens de consumo em troca de sustentação política. Foi essa, de fato, uma política adotada pelo Partido Socialista na região de Toulouse na França (Nevers, 1983).

O quadro abaixo resume os principais elementos do padrão de política clientelista, em contraste com o classista.

QUADRO: PADRÕES DE POLÍTICA

	CLIENTELISMO	CLASSISMO
Condições Estruturais	- Relações de produção capitalistas - Regime democrático-burguês	- Socialização no processo de trabalho - Contra-instituições dos trabalhadores
Características	- Voto de barganha - Eleitorado individualizante - Laços verticais de classes	- Voto de representação de classe - Eleitorado associativista - Laços horizontais de classes
Tipos	- Privado - Estatal	
Agente Político	- Cabo eleitoral	- Militante

Fonte: elaboração do autor.

A ideologia de governança

O conceito de governança aponta para as relações entre, de um lado, diferentes “grupos de interesse” e, de outro, “autoridades locais”, sendo que o analista não deveria operar com qualquer padrão *a priori* na sua abordagem (Le Galès, 1995). Nessa linha, Padioleau (1982) define-se como um partidário da “pragmática da ação política”. Da mesma forma, a visão de Marques (2003: 51) é que “as agências estatais devem ser estudadas de maneira plena, não determinando a priori a sua subordinação a qualquer agente ou processo presente na sociedade”.

O resultado desse encaminhamento parece ser o de uma perspectiva estritamente descritiva do processo político, sendo o seu limite o de não apreender a dimensão estrutural do fenômeno político, ou seja, os seus invariantes, captados através do procedimento sistematizante. Assim, uma análise dos atores e das instituições sem referência às estruturas torna-se tão deficiente quanto um tratamento das estruturas sem referência à ação institucionalizada dos atores. Como pondera Préteceille (1999), para caracterizar as municipalidades e as situações urbanas, os fatores estruturais fornecerão os elementos de contexto importantes, embora não todas as explicações, que supõem precisamente que sejam examinados os processos políticos.

Valadares (2002) questiona a validade analítica do conceito de governança a partir de seu estudo sobre as políticas urbanas no Brasil, vistas como marcadas pelo clientelismo, falta de *accountability*, etc. Lorrain (1989) chama atenção para a influência da burguesia local nas políticas locais, sendo tal influência apontada não apenas nos efeitos das políticas, mas também nos processos de suas formulações. Allières (1989: 64) argumenta que “é segundo sua própria história local e sua identidade corporativa que certos grupos vão integrar o território regional dentro do modo de coalizão de interesses”. Biarez (1973) analisa a instituição “comunal”, no que diz respeito às políticas urbanas, em dois planos inter-relacionados: o estrutural (a “comuna” como parte da estrutura estatal) e o das “relações sociais” (as práticas dos agentes no processo das decisões e o implemento das políticas urbanas).

Conclusão

A esfera local do Estado capitalista tende a concretizar a hegemonia política de uma fração da classe dominante local, uma vez que essa fração dispõe de mais recursos políticos (organização sindical, influência nos meios de comunicação, força partidária, etc.) para orientar o conteúdo das políticas governamentais locais. A articulação da política nacional com a esfera regional depende de qual fração de classe dominante detém a hegemonia na região.

É possível a ocorrência de padrões político-eleitorais distintos nos níveis nacional e local. O voto de representação de classe tem mais chance de vigorar no âmbito nacional do que no local. Já uma política clientelista possui maior probabilidade de se impor na esfera local. Nem todo o campo político das cidades, no entanto, é preenchido pela prática mercantil. As práticas da esquerda não seguem necessariamente o modelo mercadológico.

Finalmente, o enfoque de governança, em geral, parte de um pressuposto que interdita à análise sociológica apreender a dimensão estrutural do fenômeno político. Por isso, a relação Estado e sociedade tende a ser expressa em um sentido ideológico.

Bibliografia

- ALLIÈS, Paul (1989). Territoire régional et représentation des intérêts. *Politix*, 7-8, Paris.
- ARTOUS, Antoine (2003). *Travail et émancipation sociale: Marx et le travail*. Paris: Syllepse.
- BIAREZ, Silvie (1973). *Institution communale et pouvoir politique*. Paris: Mouton.

- BOITO JR, Armando (2001). Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical. *Crítica marxista*, n. 12, Campinas.
- CONSTANTIN, François (1976). Régionalisme international et pouvoirs africains. *Revue Française de Science Politique*, vol. 26, n. 1, Paris.
- DOMHOFF, William (1978). *Who really rules?* New Brunswick: Transaction books.
- KERBAUY, Maria Teresa (1992). *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Tese de Doutorado, PUC-SP.
- LE GALES, Patrick (1995). Du gouvernement des villes à la gouvernance. *Revue Française de Science Politique*, v. 45, n.1, Paris.
- LOJKINE, Jean (1980). Politique urbaine et pouvoir local. *Revue Française de Sociologie*, vol. 21, n. 4, Paris.
- LORRAIN, Dominique (1989). La montée en puissance des Villes. *Economie e humanisme*, n.35, Paris.
- MARQUES, Eduardo C. (2003). *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- NEVERS, Jean-Yves (1983). Du clientélisme à la technocratie: cent ans de démocratie communale dans une grande ville, Toulouse. *Revue française de science politique*, vol. 33, n. 3, Paris.
- PADIOLEAU, J. (1982). *L'État au concret*. Paris: PUF.
- PAGE, E. and GOLDSMITH, M. (1987). *Central and local government relations. A comparative analyses of West European unitary States*. London: SAGE.
- POULANTZAS, Nicos (1974). *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Seuil.
- PRETECEILLE, Edmond (1999). Inégalités urbaines, gouvernance, domination. In: VVAA. *Les nouvelles politiques locales*. Paris: Presses de Sciences Politiques.
- PRETECEILLE, Edmond (s/d). *Rapports politiques de classe et rapports internes au politique*. Paris: Iresco-CSU.
- RONIGER, Luis (1994). Civil society, patronage and democracy. *International journal of comparative sociology*, v. 35, n.3-4, Ontario.
- SAUNDERS, Peter (1981). *Social theory and urban question*. Holmes & Meir Publisher.
- THEOBALD, Ronald (1992). On the survival of patronage in developed societies. *Archives européennes de sociologie*, vol. XXXIII, n.1, Paris.
- VALADARES, Lícia (2002). Governança e políticas públicas no Brasil. *Seminário IUP*, Paris.